

Checklist Fácil S/A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11
1 Contexto operacional	11
2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.....	11
3 Políticas contábeis materiais.....	12
3.1 Base de consolidação	13
3.2 Moeda estrangeira	13
3.3 Instrumentos financeiros	13
3.4 Imobilizado.....	14
3.5 Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	15
3.6 Caixa e equivalentes de caixa.....	16
3.7 Provisão para contingências	16
3.8 Impostos	17
3.9 Demonstração dos fluxos de caixa	18
3.10 Receitas	18
3.11 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor	19
4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	20
5 Contas a receber de clientes.....	21
6 Impostos a recuperar	22
7 Outros créditos	22
8 Investimentos.....	22
9 Imobilizado (Controladora e Consolidado).....	24
10 Fornecedores	25
11 Obrigações e provisões trabalhistas	25
12 Obrigações tributárias	25
13 Imposto de renda e contribuição social a pagar	25
14 Partes relacionadas	26
15 Outras obrigações	26

16	Patrimônio líquido	27
17	Receita de contratos com cliente	28
18	Custos dos serviços prestados	28
19	Despesas gerais e administrativas	29
20	Resultado financeiro.....	29
21	Imposto de renda e contribuição social.....	29
22	Subvenções governamentais.....	30
23	Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	30
24	Eventos subsequentes.....	33



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

Checklist Fácil S.A.

Florianópolis/ SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Checklist Fácil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Checklist Fácil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de maio de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa

Contador CRC PR-054199/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.619	2.867	5.377	3.658	Fornecedores	10	458	386	437	386
Contas a receber de clientes	5	3.425	2.738	4.186	3.329	Obrigações e provisões trabalhistas	11	4.960	3.751	4.952	3.751
Impostos a recuperar	6	4	67	375	69	Obrigações tributárias	12	852	693	930	816
Outros créditos	7	1.383	4.482	1.392	4.149	Imposto de renda e contribuição social	13	488	-	483	-
Total do ativo circulante		9.431	10.154	11.329	11.205	Dividendos a pagar	14	-	8	16	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.b	388	-	388	-	Outras obrigações	15	1.592	707	1.592	707
Investimentos	8	5.112	1.484	3.274	555	Total do passivo circulante		8.350	5.546	8.410	5.669
Imobilizado	9	622	599	622	599	Patrimônio líquido	16				
Total do ativo não circulante		6.122	2.083	4.283	1.154	Capital social		940	940	940	940
						Reserva de lucros		6.263	5.750	6.263	5.750
						Total do patrimônio líquido		7.203	6.691	7.203	6.691
Total do Ativo		15.553	12.237	15.613	12.359	Total do passivo e patrimônio líquido		15.553	12.237	15.613	12.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	17	41.243	31.043	43.487	32.515
Custo dos serviços prestados	18	(5.572)	(5.538)	(6.563)	(5.538)
Lucro bruto		35.671	25.505	36.924	26.977
Comissões sobre vendas		(1.672)	(1.273)	(1.672)	(1.273)
Despesas gerais e administrativas	19	(22.693)	(16.076)	(23.524)	(17.285)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber		(75)	(283)	(75)	(283)
Equivalência patrimonial	9	388	(100)	-	-
Outras despesas operacionais líquidas		(111)	(306)	(111)	(306)
Lucro operacional		11.508	7.466	11.542	7.830
Receitas financeiras	20	325	315	325	315
Despesas financeiras	20	(198)	(287)	(201)	(289)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.635	7.494	11.666	7.857
Imposto de renda e contribuição social	21.a	(3.621)	(2.426)	(3.652)	(2.861)
Lucro líquido do exercício		8.014	5.068	8.014	5.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício	8.014	5.068	8.014	5.068
Ajustes de conversão	529	50	529	50
Resultado abrangente do exercício	8.543	5.118	8.543	5.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Total
	Capital social	Legal	de retenção de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	940	188	948	2.076
Lucro líquido do exercício	-	-	5.068	5.068
Outras movimentações	-	-	2	2
Dividendo mínimo obrigatório (nota 16.c)	-	-	(507)	(507)
Ajustes de conversão	-	-	50	50
Saldos em 31 de dezembro de 2022	940	188	5.562	6.691
Lucro líquido do exercício	-	-	8.014	8.014
Outras movimentações	-	-	(59)	(59)
Ajustes de conversão	-	-	529	529
Distribuição de lucros	-	-	(7.971)	(7.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	940	188	6.075	7.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	8.014	5.068	8.014	5.068
Ajustes para:				
Ajuste a valor justo de investimentos (nota 8.d)	-	23	-	23
Depreciação e amortização	228	137	228	137
Baixa de imobilizado e intangível	33	7	33	7
Outros ajustes	(61)	(97)	281	51
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	75	283	75	283
Resultado de equivalência patrimonial	(388)	100	-	-
Imposto de renda e contribuição social	3.621	2.426	3.652	2.788
	<u>11.522</u>	<u>7.947</u>	<u>12.283</u>	<u>8.357</u>
(Aumento) redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(762)	(1.140)	(932)	(1.088)
Impostos a recuperar	63	(67)	(306)	51
Outros créditos	(394)	(702)	(736)	(311)
	<u>(1.093)</u>	<u>(1.909)</u>	<u>(1.974)</u>	<u>(1.348)</u>
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	72	238	51	231
Obrigações e provisões trabalhistas	1.209	2.049	1.201	2.049
Obrigações tributárias	159	63	114	64
Outras obrigações	884	(302)	881	(728)
	<u>2.324</u>	<u>2.048</u>	<u>2.247</u>	<u>1.616</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	12.753	8.086	12.556	8.625
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.521)	(2.426)	(3.552)	(2.788)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.232	5.660	9.004	5.837
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível (nota 9)	(284)	(342)	(284)	(342)
Aquisição de outros investimentos (nota 8.c)	(2.718)	-	(2.718)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(3.002)	(342)	(3.009)	(342)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos (nota 16.c)	(4.478)	(507)	(4.478)	(1.066)
Adiantamento de dividendos (nota 16.c)	-	(3.493)	-	(3.493)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(4.478)	(4.000)	(4.478)	(4.559)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.752	1.318	1.523	936
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.867	1.549	3.658	2.703
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	(196)	(18)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.619	2.867	5.377	3.657
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.752	1.318	1.523	936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Checklist Fácil S/A, (“Checklist”, “Companhia” ou “Grupo”), devidamente inscrita no CNPJ 04.906.685/0001-90, tem sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e foi constituída em 07 de fevereiro de 2002.

A Companhia tem como objeto social: (i) o desenvolvimento de software, inclusive sob encomenda, customizáveis ou não; (ii) a manutenção, a sustentação, a evolução de programas para computador, e o suporte técnico em tecnologia da informação; (iii) as atividades de tratamento e processamento de dados e (iv) a hospedagem e/ou armazenamento de páginas da internet e serviços de compartilhamento de computadores.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de maio de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na nota explicativa 3.

Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em 2023 e 2022 incluem as operações da Companhia em sua empresa controlada:

	<u>Participação</u>
RZ2 Sistemas (vide nota explicativa 3.1 (iii))	100%

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Para a controlada localizada no exterior, para a qual a Administração concluiu que, por possuir independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos de Pesos Mexicanos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos de Pesos Mexicanos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira na demonstração de outros resultados abrangentes.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados (nota 3.6 e 8);
- (ii) A identificação e valorização da provisão para litígios (nota 3.9); e
- (iii) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos (nota 3.3).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

3.1 Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no

modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", além de "fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 180 dias.

3.7 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. No período de 2021 e 2020 não houve contingências com risco possível ou provável.

3.8 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições		Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no México estão sujeitas a tributação de IVA a alíquota de 16%, sendo reconhecida nas demonstrações de resultado pelos valores líquidos.

3.9 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.10 Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- i. Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor do Grupo.
- ii. As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º

de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não tem operações que estão sujeitos a *covenants*.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não tem acordos de financiamentos de fornecedores ("Risco Sacado").

c) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)

4 Caixa, equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	6	-	6
Contas correntes	-	-	758	791
Aplicações financeiras	4.619	2.861	4.619	2.861
	4.619	2.867	5.377	3.658

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de depósitos bancários (CDB) e operações compromissadas (com lastro em debêntures), com rendimentos que variam entre 100% e 110% do CDI (entre 100% e 105% do CDI em 2022). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores e são mantidas para atividades operacionais da Companhia e, por essa razão, são consideradas equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cientes nacionais	3.839	3.077	4.599	3.668
(-) Provisão de perdas no recebimento de créditos	(414)	(339)	(414)	(339)
	3.425	2.738	4.186	3.329

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e deduzidas da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pelo Grupo para cobrir eventuais perdas.

a. A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir

Aging list	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	2.764	2.223	3.525	2.814
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	549	283	549	283
De 31 a 60 dias	100	76	100	76
De 61 a 90 dias	26	10	26	10
De 91 a 180 dias	67	17	67	17
De 181 a 360 dias	47	2	47	2
Acima de 360 dias	286	466	286	466
Provisão de perdas no recebimento de créditos	(414)	(339)	(414)	(339)
	3.425	2.738	4.186	3.329

b. Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber

(-) Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	Consolidado
Saldo provisão 2021	(56)
Entradas	(283)
Saldo provisão 2022	(339)
Entradas	(75)
Saldo provisão 2023	(414)

Os critérios para constituição do PCLD são baseados na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificado nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras da perda incorrida.

É constituído provisão de perdas no recebimento de créditos para os títulos vencidos acima de 90 dias.

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IVA a recuperar	-	-	1	2
IRPJ a recuperar (i)	-	50	370	50
CSLL a recuperar (i)	4	17	4	17
	4	67	375	69

- (i) O valor de IRPJ e CSLL trata-se de antecipações dos pagamentos realizados durante o ano calendário em relação aos valores apurados e são passíveis de compensação por meio de PERDCOMP.

7 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	51	-	315	145
Adiantamento a colaboradores	662	167	662	167
Recebíveis <i>intercompany</i> (nota 13)	554	554	-	-
Despesas antecipadas	115	18	414	18
Adiantamento de dividendos (nota 13)	-	3.493	-	3.493
Outros créditos	-	250	-	326
	1.383	4.482	1.392	4.149

8 Investimentos

a. Investimentos em controladas (Controladora)

A Companhia possui participação societária junto a outra entidade controlada, que é mensurada pelo método de equivalência patrimonial. A participação na entidade está demonstrada a seguir:

	Equivalência patrimonial		Saldo de Investimentos	
	2023	2022	2023	2022
RZ2 Sistemas (i)	388	(100)	1.838	928
	388	(100)	1.838	928

(i) Aquisição RZ2 Sistemas

Em 26 de janeiro de 2021, houve cessão de 99,99% das cotas do capital social da RZ2, Sociedad Anonima Promotora de Inversion de Capital Variable. ("RZ2 Sistemas"), para a Checklist Fácil S/A, registrada pelo valor dos livros apurados na data da transação,

R\$ 16. O Capital Social da RZ2 Sistemas pertencia aos mesmos sócios da Checklist Fácil S/A na época da transação.

b. Informações da controlada

2023						
	%	Ativo	Passivo	PL	Receita	Resultado
RZ2 Sistemas	100	2.452	614	1.838	2.230	388

2022						
	%	Ativo	Passivo	PL	Receita	Resultado
RZ2 Sistemas	100	1.605	677	928	1.473	(100)

c. Outros investimentos

Os fundos de investimentos em renda fixa e ações são mantidos para negociação, sem prazo de vencimento.

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Fundos de investimentos em renda fixa – pós-fixado	3.274	492
Ações	-	63
Total	3.274	555

d. Movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada

	RZ2 Sistemas (100%)	Outros investimentos	Total
Saldo Inicial 2021	881	578	1.459
Ajuste de conversão	50	-	50
Ajuste a valor justo	-	(23)	(23)
Outros ajustes	97	-	97
Equivalência patrimonial	(100)	-	(100)
Saldo Inicial 2022	928	555	1.484
Ajuste de conversão	(176)	-	(176)
Aquisições	-	2.782	2.782
Resgates	-	(63)	(63)
Outros ajustes	698	-	698
Equivalência patrimonial	388	-	388
Saldo Final 2023	1.838	3.274	5.112

9 Imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e Periféricos	Aparelhos Telefônicos	Total
Taxa média anual de depreciação	10%	10%	10%	20%	10%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	21	26	52	292	10	401
Adições	36	1	-	299	6	342
Baixas	(7)	-	-	-	-	(7)
Depreciação	(3)	(5)	(6)	(123)	(1)	(137)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	47	22	46	468	15	599
Adições	-	2	-	229	-	231
Reclassificação	2	7	-	44	-	53
Baixas	(33)	-	-	-	-	(33)
Depreciação	(4)	(12)	(7)	(201)	(3)	(228)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	11	19	39	541	12	622

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Computadores e periféricos	52	197	52	197
Serviços de terceiros	147	72	147	72
Benefícios a funcionários	73	49	73	49
Fornecedores diversos	186	68	165	68
	458	386	437	386

11 Obrigações e provisões trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários a pagar	901	803	901	803
Rescisões a pagar	-	37	-	37
Encargos sociais a pagar	317	289	321	289
Provisão de férias	1.597	1.243	1.597	1.243
Provisão de gratificações trabalhistas	2.144	1.378	2.134	1.378
	4.960	3.751	4.952	3.751

12 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS a recolher	86	65	86	65
PIS a recolher	28	21	28	21
COFINS a recolher	130	99	130	99
INSS s/ faturamento a recolher	195	146	195	146
IRRF a recolher	413	362	413	362
Impostos a pagar controlada		-	78	123
	852	693	930	816

13 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ a recolher	329	-	324	-
CSLL a recolher	159	-	159	-
	488	-	483	-

14 Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas têm como natureza dividendos e recebíveis, realizados em termos e condições negociadas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso realizadas com partes não relacionadas.

a. Dividendos e JCP a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
JCP a pagar	-	8	-	8
Dividendos a pagar (ii)	-	-	16	-
	-	8	16	8

b. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento de dividendos (i)	-	3.493	-	3.493
Recebíveis <i>intercompany</i> (ii)	554	554	-	-
	554	4.047	-	3.493

- (i) O Conselho de Administração, em 08/2022, deliberou pelo adiantamento de R\$ 4.000 referente resultado de 2022. O dividendo mínimo obrigatório foi compensado contra o adiantamento, no montante de R\$ 507.
- (ii) As operações de recebíveis *intercompany* na controladora são originárias de dividendos distribuídos pela RZ2 Sistemas (controlada) e não pagos.

c. Remuneração dos administradores

Em 2023, foi pago a título de remuneração aos Diretores da Companhia o montante de R\$ 1.009 (R\$ 1.003 em 2022).

15 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento de clientes	168	613	168	613
Receita diferida (i)	826	-	826	-
Empréstimo consignado	598	94	598	94
	1.592	707	1.592	707

- (i) As receitas diferidas decorrem de serviços recorrentes faturados antecipadamente e ainda não prestados. A Administração espera cumprir com as obrigações de performance em até 13 meses.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é composto por 44.772 (quarenta e quatro mil setecentos e setenta e duas) ações, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país. Como não houve aumento de capital social em 2023 e 2022 o saldo permanece o mesmo.

	Quantidade de ações	Capital (R\$)
Saldos em 31 de dezembro	<u>44.772</u>	<u>940</u>

Todas as ações emitidas, estão integralizadas. A Companhia possui as seguintes classes de ações:

Ações Ordinárias	44.548
Ações Preferenciais	224
Total	44.772

b. Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina que os lucros devem ser distribuídos aos sócios proporcionalmente ao valor das suas ações. A Companhia manterá os registros contábeis e fiscais, necessários ao cumprimento dos dispositivos legais vigentes.

c. Distribuição de lucros

Conforme o estatuto social, as distribuições de dividendos devem ocorrer de forma proporcional conforme deliberação da assembleia geral ordinária.

A Companhia poderá distribuir 10% dos lucros após a compensação de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e outras destinações previstas em seu estatuto. O dividendo mínimo obrigatório foi estabelecido conforme segue:

	Controladora	
	2023	2022
Lucro líquido ajustado após reservas	8.014	5.068
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	801	507

O montante das destinações de 2023 ultrapassaram o valor mínimo a ser distribuído.

Em 2022, a administração deliberou pela antecipação de dividendos na importância de R\$ 4.000, pagos em agosto de 2022. Após a apuração do dividendo mínimo, no final do exercício, restou como saldo de antecipações o montante de R\$ 3.493. Em 2023 a

Companhia destinou o montante de R\$ 3.493 e compensou com o adiantamento de dividendos.

Em agosto/2023 o Conselho de Administração aprovou a distribuição e pagamento de R\$ 4.478, a título de dividendos, valor acima do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia identificou que a reserva de lucros excedeu o capital social, em desacordo com o Art. 199 da Lei das S.A. A Companhia está avaliando realizar uma distribuição adicional de dividendos até março/2024.

d. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Reserva Legal atingiu o limite máximo de 20% do Capital Social, e por isso não foi constituída 2023.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

No ano de 2023 ocorreu mudança no critério de contabilização das variações cambiais e dos ajustes de avaliação patrimonial.

17 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta	45.563	34.253	47.808	35.725
Impostos sobre vendas	(4.319)	(3.210)	(4.321)	(3.210)
	41.243	31.043	43.487	32.515

18 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	(4.619)	(4.088)	(4.619)	(4.088)
Serviços terceirizados	(241)	(200)	(241)	(200)
Aluguel de data center	(708)	(744)	(1.699)	(744)
Demais custos	(4)	(506)	(4)	(506)
Total dos custos dos serviços prestados	(5.572)	(5.538)	(6.563)	(5.538)

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	(17.763)	(13.401)	(17.876)	(13.436)
Despesas com instalações físicas	(41)	(69)	(51)	(229)
Despesas de TI e comunicação	(578)	(1.011)	(691)	(1.012)
Despesas com viagens	(321)	(176)	(321)	(179)
Despesas de marketing	(1.186)	(734)	(1.359)	(1.415)
Serviços terceirizados	(2.025)	(473)	(2.473)	(473)
Outras despesas gerais e administrativas	(779)	(212)	(753)	(541)
	(22.693)	(16.076)	(23.524)	(17.285)

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	262	274	262	274
Juros ativos	55	41	55	41
Outras receitas	9	-	9	-
Total receitas financeiras	325	315	325	315

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2022	2022
Despesas financeiras				
Despesas e tarifas bancárias	(114)	(80)	(117)	(82)
Juros passivos	(22)	(1)	(22)	(1)
Perda com investimentos	-	(174)	-	(174)
Outras despesas financeiras	(62)	(32)	(62)	(32)
Total despesas financeiras	(198)	(287)	(201)	(289)

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.635	7.494	11.666	7.857
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(3.956)	(2.548)	(3.967)	(2.671)
Incentivos fiscais	246	81	246	81
Equivalência patrimonial	132	(34)	-	-
Outras adições e exclusões permanentes	(43)	75	69	(198)
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(3.621)	(2.426)	(3.652)	(2.788)

Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.009)	(2.426)	(4.040)	(2.788)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	388	-	388	-
Taxa efetiva	31%	32%	31%	35%

b. Movimentação dos ativos fiscais diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes das adições e exclusões temporárias.

	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro
Gratificações trabalhistas	-	(195)	(195)
Receita diferida	-	(189)	(189)
Outros itens	-	(4)	(4)
Imposto líquido passivo (ativo)	-	(388)	(388)

22 Subvenções governamentais

A Companhia aproveita incentivos fiscais concedidos pelo governo Federal, em função da atividade de serviços de Tecnologia da Informação (TI) através da Lei do Bem.

Lei do bem

Benefício baseado na Lei n.º Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, referente a incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Em 2023 a Companhia investiu em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento o total de R\$ 904, com aproveitamento de 80% (R\$ 239 em 2022, com aproveitamento de 80%), gerando uma economia tributária de R\$ 246 (R\$ 65 em 2022).

Para atender as condições necessárias para permanência neste programa, a Administração contrata consultorias especializadas que auxiliam na análise dos projetos elegíveis ao benefício. Adicionalmente, mantém controles de apontamentos de horas e de gastos por projeto, além de contabilização segregada dos gastos com terceiros.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles

internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.619	2.867	5.377	3.658
Contas a receber de clientes	3.425	2.738	4.186	3.329
	8.044	5.605	9.563	6.987

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivos financeiros				
Fornecedores	458	386	458	386
Outras obrigações	1.592	707	1.592	707
	2.050	1.093	2.050	1.093

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões

acima mencionadas.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

d. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

f. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

Grau de endividamento;

Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente; e

Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo.

24 Eventos subsequentes

Em 16 de fevereiro de 2024 a Companhia deliberou o adiantamento de distribuição de dividendos, no montante total de R\$ 3.293 (três milhões e duzentos e noventa e três mil reais), a título de dividendos intercalares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O pagamento ocorreu em 23 de fevereiro de 2024.

André Tavares Andrade
Diretor Executivo

Luiz Fernando Dill Barcellos
Contador CRC/RS 082618/O-5